

O valor da dívida ^{externa}

O valor de mercado dos títulos (DFA) da dívida externa brasileira atingiu esta semana seu nível mais baixo. Os últimos DFAs negociados no mercado secundário não obtiveram mais do que 21,50 centavos por dólar, significando que, em teoria, a dívida brasileira de 112 bilhões de dólares vale algo em torno de 24 bilhões. É claro que essa conta não é assim tão linear. Na verdade o valor do título está relacionado também com o porte, o poder de pressão e a situação financeira do banco portador, isto é, um DFA brasileiro em poder de um grande banco vale mais do que seu similar em poder de um pequeno banco regional do Canadá, por exemplo.

O que importa verificar-se, entretanto, independentemente de ser talvez um pouco maior o valor efetivo da dívida, é o fato de que o seu valor de mercado e a reputação do devedor andam juntos, inseparavelmente juntos, ou seja, a reputação da economia e do governo brasileiro, neste instante, baixou ao fundo do poço. Esta constatação é dramática se a contemplarmos num contexto de perspectivas que inclua os interesses futuros do País.

O Brasil não pode relançar sua economia, recuperar o crescimento e estabelecer bases sólidas de desenvolvimento interno — algo do qual o futuro governo não poderá abrir mão, se quiser estabilidade política — sem acesso ao crédito internacional. Não temos poupança interna para isso. Agora, não temos crédito também.

É uma infantilidade o regozijo com que alguns candidatos apontam a depreciação da dívida brasileira como eventual saída para o nosso impasse externo.

Depreciada a este nível ela depõe contra o País, longe de satisfazê-lo nos seus interesses de longo prazo.

Aguardamos, com ansiedade, uma postura realista e patriótica por parte do futuro governo em relação à problemática da nossa inserção no mundo exterior. Ele não deve tomar nossa inadimplência como trunfo, nem nossa fraqueza como instrumento de pressão. Deve, ao contrário, fazer ver aos bancos que a nova postura do País é uma postura responsável, que tenha os acordos e contratos internacionais como sagrados, mas que, de outro lado, a dívida não pode ser paga sem crescimento econômico. Esta é a discussão central do problema, não a tolice de tentar consolidá-la no valor depreciado, uma infantilidade que banco algum receberá com seriedade.

O Brasil precisa retomar perante o mundo a imagem de seriedade e de responsabilidade que perdeu não só através de inadimplências sucessivas nos seus compromissos financeiros, mas principalmente por jamais ter cumprido as promessas que fez relativamente à gestão econômica interna. O mal que se encerra neste fato não é o do descumprimento, mas o de ter acordado em cláusulas que sabidamente não poderia cumprir, revelando, desde então, completa incapacidade para contratar.

Deveremos dizer claramente aos bancos que reconhecemos a dívida, mas priorizamos, em relação a ela, o crescimento econômico. Todos os acordos que firmarmos, a partir daí, resguardarão essa preliminar, privando-nos de vexame de descumprir cartas de intenção, algo absolutamente em desacordo com as práticas de um país sério.